

O sábio juiz

— Salomão, o sábio rei dos israelitas, des-
de a célebre decisão, entre as duas mães que
disputavam o mesmo filho, no princípio de seu
reinado, tornara-se famoso juiz, além de sober-
ano generoso e magnífico. Reverenciavam-
-no tôdas as tribos judaicas, abençoando-lhe o
nome e respeitando-lhe o poder. Em razão
disso, além de suas pesadas atribuições admi-
nistrativas, era obrigado a atender a mil e uma
questões dos súditos, que se aproveitavam de
sua sabedoria, nos casos da vida particular.

Assim começou a história o simpático an-
cião do plano superior, que nos visitava, a pro-
pósito de certas preocupações que nos prendiam
à Terra. Finda a longa pausa, durante a qual
conservou sobre os nossos o seu olhar muito
lúcido, o velhinho prosseguiu:

— Foi assim que apareceu no reino uma
questão estranha. A família de Natan, filho
de Belazel, morto desde muito tempo, recebeu
alguns papiros, onde se liam mensagens amigas,
assinadas por él, por intermédio de uma pitonisa
de Jope, especializada em relações com os
espíritos dos mortos. Natan, que não mais per-
tencia ao mundo dos homens de carne, tinha
o cuidado de não interferir em qualquer assunto
própriamente humano, para não invadir a es-

fera de ação dos velhos amigos que deviam
caminhar por si, aprendendo com a própria
experiência. Comentava as realidades espiri-
tuais, referindo-se, de maneira velada, às situa-
ções e coisas do novo país, onde fôra chamado
a viver. Entretanto, antigos companheiros seus
manifestaram-se absolutamente hostis. Impos-
sível que Natan, patriarca respeitável e amante
da lei, voltasse do outro mundo escrevendo aos
afeiçoados. Iniciaram-se discussões em tom
discreto. Negociantes de cabras e carneiros
transportaram o assunto de Jerusalém para a
Arábia e da Arábia para a Fenícia.

Em vista das grandes dúvidas surgidas,
encaminhou-se o problema ao esclarecido crité-
rio de Salomão. Os descendentes de Natan exi-
giam o pronunciamento da Justiça, em sen-
tença inofismável.

O rei examinou o caso e esclareceu que
precisava tempo para decidir. Sentia-se espan-
tado. Resolvera já muitos processos de herança
e partilha, onde os mortos compareciam como
ausentes em definitivo e sem representantes
legais, mas nunca lhe surgira um problema, em
cuja solução devesse considerar direitos e obri-
gações daqueles que haviam atravessado o ho-
rizonte sombrio da morte. Por isso, estudou
e meditou dias e noites, ponderando sobre a
reclamação havida. Poderia, de fato, emitir um
laudo declaratório? como decidir uma pendên-
cia em que havia partes interessadas no outro
mundo? seria razoável considerar apenas o
direito dos súditos vivos? e os súditos que ha-
viam partido para a morte, confiantes na Jus-
tiça do reino? O morto, certamente, havia dado
o conteúdo dos papiros à pitonisa de Jope, sem

qualquer constrangimento, e por sua espontânea vontade. Seria crime obsequiar alguém? como impedir no mundo o sagrado direito de dar? Extinguir o intercâmbio da amizade entre as almas seria o mesmo que interromper o curso das bênçãos divinas. Jeová, o Magnânimo Senhor, não dava ao seu povo misericórdia e saúde, fortaleza e esperança todos os dias?

Muitos áulicos do palácio exigiram-lhe perseguições à pitonisa, porque essa cometera a falta de receber as dádivas de um amigo morto. Outros vieram rogar para que o rei poderoso e sábio, ao invés de uma declaração, emitisse sentença condenatória. As supostas mensagens, segundo a lei do Povo Escolhido, não passariam de miserável embuste.

Salomão, porém, sabia que, apesar da severa proibição do Deuteronômio, que vedava o comércio com os mortos, Saul, antecessor de David, seu pai, fôra consultar uma pitonisa em Endor, antes da batalha de Gelboé, junto da qual recebera preciosas verdades do Espírito de Samuel. Em sôlo juízo, portanto, a ninguém podia condenar.

Corria o tempo sôbre o assunto, quando o povo, sabendo que a Justiça abriria tribunais para ouvir os mortos em suas decisões, começou a pedir audiências ao rei, suplicando-lhe a interferência em seus casos privados. A viúva de Caleb, filho de Jefté, rogava para que o espôso falecido viesse renovar o testamento, expulsando os sobrinhos da velha propriedade. Eliezer, filho de Josué, o coxo, queria que o espírito de seu pai repartisse de novo os camelos, de que o seu irmão Natanael se havia apropriado indébitamente. Jeroboão, velho patriar-

ca da tribo de Issachar, pediu que o grande juiz ouvisse sua mulher já falecida, relativamente aos legados que pretendia deixar para os seus oito filhos. Efraim, filho de Matatias, o mercador de jumentos, desejava que a alma de seu avô regressasse do além para esclarecer a situação do seu genitor deserdado pela cupidez dos parentes. E até Zarifa, mulher de Jeremias, filho de Heber, veio suplicar uma informação do outro mundo, sôbre quem seria o pai de Ruth, a pequenina enjeitada à sua porta.

Salomão, por mais de trinta dias, concedeu audiências incessantes e recebeu as mais estranhas rogativas, acabando por compreender que a Justiça Humana era organizada para pessoas humanas e que, de modo algum, deveria invadir os extensos e misteriosos domínios da Morte, sob pena de complicar todos os assuntos da vida, incentivando angústias e tormentos da Humanidade.

Em razão disso, com grande surpresa para os súditos irrequietos, devolveu os papiros aos descendentes de Natan, esclarecendo que a Justiça era um templo sagrado e não podia constituir-se em órgão de consultas sem interesse fundamental para a vida dos homens.

Calara-se o ancião, mas nós outros, que lhe escutáramos a história, atentos à sua palavra cheia de luz, indagamos, involuntariamente:

— Afinal, que disse o rei aos sábios de seu reino? No fundo, qual era, de fato, a sua opinião?

O velhinho sorriu com inteligência e acenou:

— Salomão esclareceu aos áulicos e adul-

dores de seu palácio que respeitava Jeová e fazia o culto da reta consciência; que a sua sabedoria não dava para descortinar o mistério do país dos mortos; que se algum espírito voltasse do túmulo a comunicar-se com as pessoas terrestres, ninguém deveria preocupar-se com o seu nome e sim com a substância de suas palavras e que se o comunicante ensinava o bem devia ser considerado emissário dos Céus e ouvido com atenção, e se transmitia o mal deveria ser interpretado como mensageiro do Inferno e esquecido para sempre.

23

XXIII

Advertência fraterna

Meu amigo; pede você uma notícia do país onde vivo agora, não à maneira do turista desocupado, mas como aprendiz atencioso dos mistérios da vida.

E' quase impossível satisfazer-lhe a curiosidade.

Ante o carinho da solicitação, lembro-me dos amigos que iam à Europa, saboreando expectativas e novidades. Abraçávamo-nos à partida, quando o cais regorgitava de olhares ansiosos, e, depois, recebíamos pelo correio marítimo os cartões de saúde e carinho. Se passavam pela Itália, tinham o cuidado de selecionar postais preciosos. Enviavam-nos aquarelas do Vaticano ou fotografias encantadoras onde figurassesem os pombos de São Marcos. Da França, mandavam-nos belas gravuras, alusivas aos monumentos históricos, relacionando museus e castelos, praças e jardins. Da Suíça, remetiam-nos, invariavelmente, as deliciosas e alvas paisagens de neve. Não podíamos gozar-lhes a companhia na contemplação da Torre de Pisa ou do Lago de Como; entretanto, para comprehendê-los, possuímos igualmente as nossas torres, museus, pássaros e lagos. Ao regresso, abraçávamo-nos, de novo, ouvindo-lhes as narrações, encantados e felizes. Volta-